



2026

Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada da Ginga com Tapioca

Comunidade pesqueira da praia da
Redinha, estuário do Rio Potengi

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	3
2 QUEM SOMOS?	5
Pescadores	6
Permissionário	8
Ambulante	9
Quiosqueiras	10
3 COMO CONSTRUÍMOS NOSSO PROTOCOLO?	12
4 IDENTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO NOSSO TERRITÓRIO	13
5 FORMAÇÃO HISTÓRICA E MAPAS DO TERRITÓRIO	17
Mercado Público, Ginga com Tapioca e Comércio Local	21
6 CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO	25
Construção do Novo Mercado Público da Redinha	25
Demolição dos Quiosques	28
7 SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?	33
8 COMO DEVE SER O PROCESSO DE CONSULTA?	37

9 QUAIS AS ETAPAS DA CONSULTA?	41
---------------------------------------	----

10 TODAS AS PROPOSTAS PASSAM POR TODAS AS ETAPAS?	44
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
-----------------------------	----

BASES LEGAIS QUE SUSTENTAM O PROTOCOLO	46
---	----



1 APRESENTAÇÃO

Nós, mulheres e homens pescadores e trabalhadores da orla da praia da Redinha, construímos a presente Cartografia Social e Protocolo de Consulta como instrumento de defesa dos nossos territórios de pesca. Fomos motivadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito à Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-Fé quando medidas administrativas e/ou legislativas — tais como a construção do Mercado Público e urbanização da Orla da Redinha Velha sob processos de privatização — ameçam nossa identidade, modo de vida, o direito ao trabalho e ao território tradicional.

Este documento, que efetivamente denominamos **“Protocolo da Ginga com tapioca”**, soma-se aos esforços da Colônia de Pesca Z-4 e a Associação de Trabalhadores da Ginga com Tapioca para resistir ao avanço do capital sobre a praia, o rio e o manguezal que formam nossos territórios de vida. O direito de mantermos nosso trabalho, moradia e tradições não pode ser violado para atender aos interesses individuais ou de grupos econômicos que destroem a natureza para fazer dinheiro. **Queremos nossos territórios de pesca, de onde tiramos nosso sustento e de nossas famílias, livres de toda forma de violação dos nossos direitos e de destruição da natureza.**

Nós, mulheres e homens pescadores e trabalhadores da orla da praia da Redinha, protegemos esses ambientes sagrados do mar, rio e manguezais. Ao longo dos anos, com o nosso trabalho, tecemos a arte da pesca, passada de pais para filhos, numa transmissão de conhecimentos, através de gerações de pescadores que mantêm seu modo de vida em perfeita harmonia com a natureza e em defesa das marés, dos mangues e dos rios, pois sabemos que o mar e a praia são o sustento de muitas gerações que passaram, das nossas e de muitas que virão.

As regras estabelecidas neste documento garantem que a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-Fé devem ser respeitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, pelas Prefeitura Municipal de Natal e Extremoz e pelos órgãos do Estado Brasileiro e seus agentes privados, quando seus planos e projetos forem interferir em nosso território e modo de vida. Este documento é, portanto, mais um esforço para que o Estado reconheça nossos direitos, cumpra a legislação e pare de ameaçar a nossa existência.

O Protocolo de Consulta da Ginga com Tapioca traz a força da nossa experiência no território e da nossa identidade. Carrega o peso da ancestralidade daqueles que vieram antes de nós e a certeza de que juntos, lutando pelos nossos direitos, conseguiremos frear a destruição do mar, a expulsão dos nossos trabalhadores da praia e a desrespeito com nossos pescadores artesanais.

Territórios livres e saudáveis já!

2 QUEM SOMOS?

Pescadores

Luiz Antônio
(Dedé do
Peixe-
Marchante)



Dedé vende em média 70 kg de peixe por dia atualmente. Vende pra Natal todinha e Genipabu (praia vizinha). É filho de Carlinho do Peixe, fundador do Mercado do Peixe.

“Desde 1999. 37 anos de comercialização, vim de Fortaleza, meu pai é daqui e passou pra mim. Sou filho da Redinha e tenho 50 anos de Redinha.”

Abraão

Trabalha a 59 anos como pescador e diz que a arte dele é essa. “Pescar no Potengi e no Mar da Redinha Velha.”



Antônio Rodrigues

“Eu e meu pai pescamos. Ele tem o mesmo nome do meu. Trago meus dois filhos para aprender a pescar. Meu pai tá com 73 e eu com 50. Meu pai sempre viveu da pesca. Passava 15, 16 dias no mar. Foi indo, foi indo e minha mãe adoeceu e teve de deixar de pescar.”

Ronaldo José da Silva Junior

Juninho, permissionário do Box do Mercado da Redinha Velha

“Eu nasci e me criei praticamente ali dentro do mercado, trabalhando no mercado. O box já era da minha bisavó foi passando de geração em geração. Desde os 13 anos de idade que eu trabalho ali. Vendemos ginga com tapioca, o que mais vende aqui é isso. Os frutos do mar também. Os peixes maiores a gente vende com macaxeira. Aqui era uma vila de pescadores. **A pesca que sustenta a Redinha. É uma tradição que a gente não pode deixar morrer.**”



Eliane Ambulante

“Eu desde que me entendo de gente trabalho como ambulante. Minha mãe trabalha no quiosque e eu optei por trabalhar como ambulante. **Minha família tira o sustento da praia.** O turista vem aqui atrás da famosa Ginga com Tapioca, com um cafezinho, café com leite. Vende bastante. Depois que o mercado fechou, a procura diminuiu. Mas aqui acolá aparece gente. Aqui filho, neto, todo mundo vive disso. Ficou minha mãe no quiosque, agora eu de ambulante. É todo mundo nessa praia, principalmente vendendo a ginga com tapioca.



Carolina Cardoso de Oliveira (Nina)

“Eu sou quiosqueira, eu acho legal, eu vim de Manaus e a quase 30 anos e vivo dessa praia. Eu adoro essa praia sabe porque, porque aqui é meu ganha pão, é daqui que eu tive sustento para manter minha família e eu tenho um filho depressivo. É daqui da praia.

Quando derrubaram os quiosques eu chorei, fiquei depressiva né, eu disse:

— Jesus aonde é que eu vou sobreviver? Da onde que eu vou tirar meu ganha pão? Como é que eu vou manter minha família, como é que eu vou cuidar do meu filho doente?

... Então, a praia aqui é tudo na vida da gente, porque aqui é a praia do povo, a praia é da gente, a gente sempre viveu assim desse jeito. Não acho legal essa privatização a praia é do povo. Eu acho gostoso a gente viver assim, pegar esse ar livre. Eu vendo peixe, caldo, macaxeira, vendo tudo! É tudo misturado, quiosque, pescador.”



Quiosqueiras

Relatos

Dona Nice

“ Vim de Ceará-Mirim em 1979 com 8 filhos e o marido, o qual foi trabalhar com pesca.

Maria das Dores Nascimento

“ Comecei a trabalhar na praia, na barraca de meu pai. O prefeito dessa época era Marcos Formiga e deu paus e lonas para nós e nos mandou para a costa. Naquele tempo era fogão de carvão na praia. Fazíamos ginga com tapioca na praia. Meu pai era descendente de africano. Ele era bem pretinho.

3 COMO CONSTRUÍMOS NOSSO PROTOCOLO?

Inicialmente, nos reunimos com as lideranças de cada **categoria** da comunidade:

Pescador

Ambulante

Permissionário

Quiosqueiro



O primeiro encontro foi para **definir as diretrizes do protocolo** e como gostaríamos de ser consultados, o passo a passo.



Depois saímos **entrevistando** todo nosso povo, como vocês puderam ver e batendo foto de tudo.



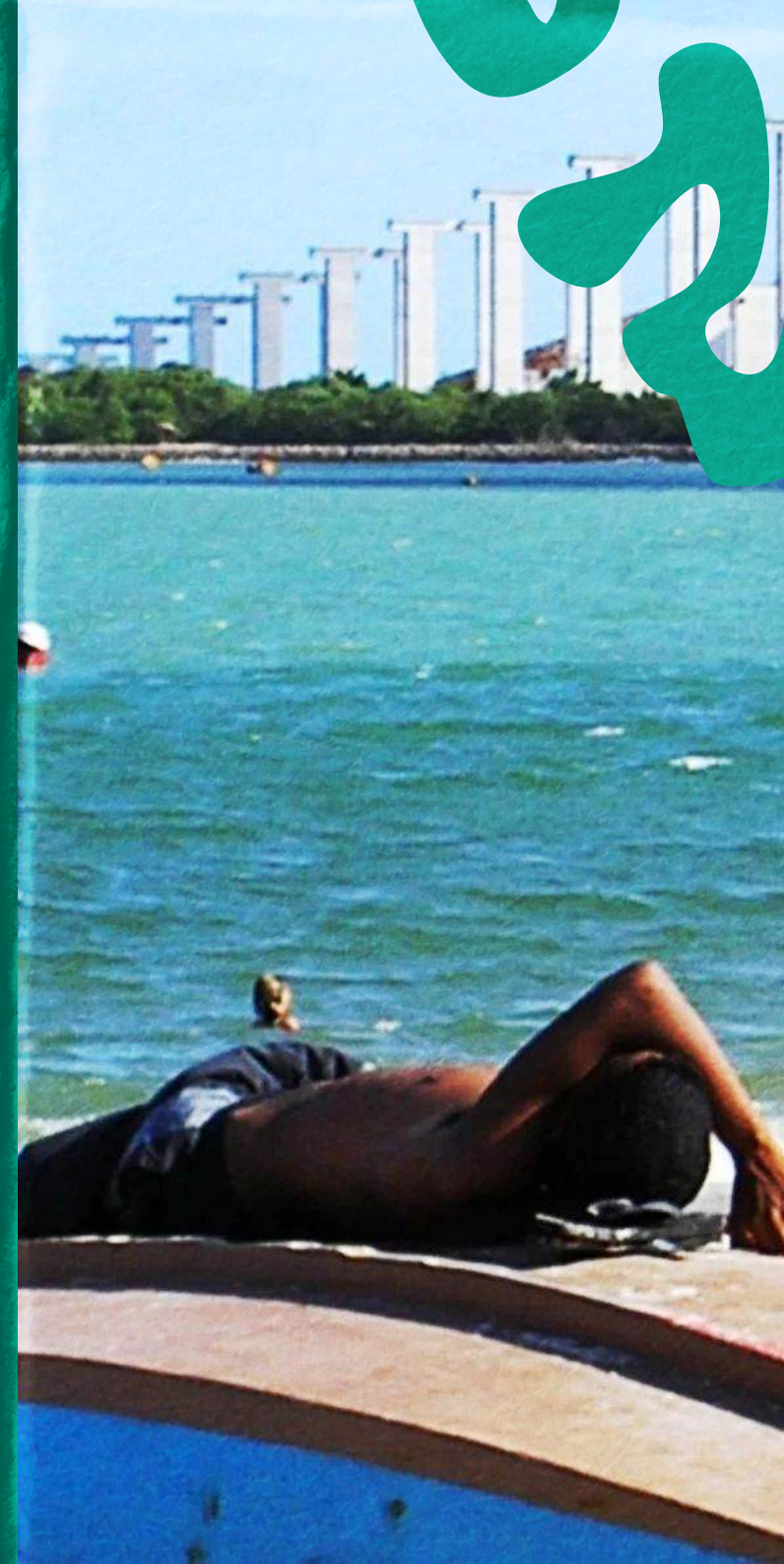
Na sequência, em respeito a opinião de todos, fizemos uma grande reunião convocando todos para apresentar o **resultado**.



Com ajuda de arquitetos e advogados amigos **revisamos o documento e colocamos os mapas**.



Por fim, com aprovação de todos em reunião geral, **concluimos nosso protocolo!**



4 IDENTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO NOSSO TERRITÓRIO

Histórias de gerações

“

Boa tarde. Meu nome é **José Felipe**, tenho vinte e dois anos e moro na Redinha. Um perrengue que nós passamos na maré foi assim. A gente tava lá fora, ancorado. De tardezinha passou uma baleia, passou da parte de fora pra terra. Nessa hora eu olhei pra Damião, que é o mestre da barca, o nome dele é Damião. Essa baleia tá adivinhando alguma coisa. Aí ele começou a rir.

Mais tarde, por volta das seis e meia da noite, já estava tudo escuro, a gente não tinha luz. Aí apareceu um navio. Esse navio vinha num rumo que não era pra passar por fora da gente. Aí eu disse:

— Damião esse navio tá vindo a rumo, pra cima de nós. Aí lá vem Navio, lá vem navio, Vamos puxar apoio!

Quando a gente viu, alguém avisou que o navio estava vindo. Eu disse logo que era melhor ligar o motor, e o motor foi ligado.

Eu também falei que a gente tinha que puxar, porque aquele navio não ia passar por cima da gente não. Se fosse preciso, a gente ia puxar pro lado.

Eu fui pra frente do barco com uma faca, porque se não desse tempo de puxar, eu ia cortar a corda pra evitar coisa pior. Numa hora dessas a cabeça da gente funciona rápido, igual a um navio.

O navio chegou muito perto, botou pra frente, voltou pra frente de novo, passou bem próximo. A gente não conseguiu puxar direito e o barco ainda ficou balançando forte com a maruagem. Quase virou só por causa da maruagem do navio. Desde então, eu tenho medo de navio.





CULINÁRIA NA REDINHA

A gíngua com tapioca foi reconhecida oficialmente como patrimônio imaterial em âmbito municipal (Lei n.º 6.617/2016) e estadual (Lei n.º 10.481/2019, Rio Grande do Norte). Esse reconhecimento insere a culinária tradicional da Redinha no rol de bens culturais protegidos, implicando dever do poder público em promover sua salvaguarda.

INFLUÊNCIA DAS MARÉS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

A comunidade intensifica sua produtividade no período de alta estação que, em Natal, vai de outubro a março. Nesse período tanto os pescadores aumentam o volume de pescado, pelo fim do período de ventanias (de junho a setembro), como os serviços da praia aumentam pela chegada do verão e do veraneio.

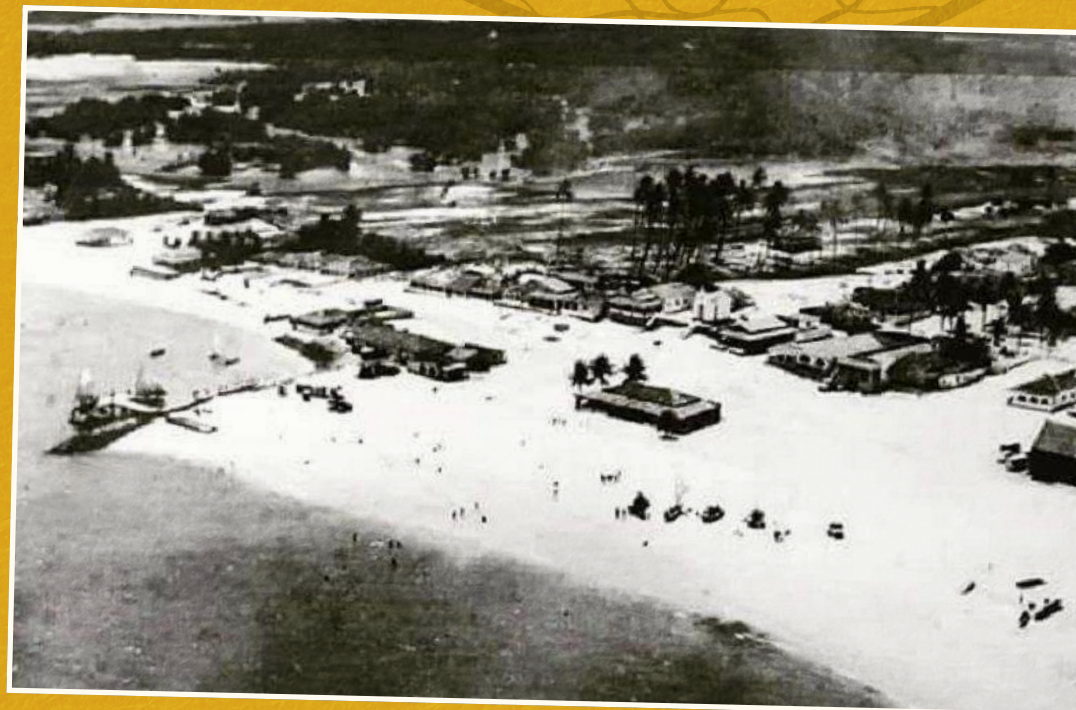
Por estas razões, devem ser evitadas consultas à comunidade, ao menos, no período de dezembro a fevereiro, quando se intensificam todas as atividades da comunidade.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA E MAPAS DO TERRITÓRIO

A presença da pesca na Redinha remonta aos primórdios da **colonização potiguar**. Registros indicam que no início do século XVII já havia um porto de pesca em funcionamento na região, sendo este considerado o primeiro porto pesqueiro de Natal. A ocupação oficial da área data de 1603, quando uma sesmaria foi doada ao vigário Gaspar Gonçalves – embora antes disso a foz do rio Potengi (onde a Redinha se localiza) já fosse habitada por indígenas potiguares liderados por Potiguaçu. Ao longo dos séculos, formou-se na Redinha uma colônia de pescadores que atravessou gerações, mantendo viva a tradição da pesca artesanal.

Durante o século XX, a Redinha permaneceu como uma vila de pescadores relativamente isolada até ser integrada à malha urbana natalense. Em 1938, a então estância balneária no subúrbio foi incorporada ao município de Natal, tornando-se oficialmente um bairro da cidade (a oficialização administrativa definitiva ocorreu apenas em 1994). Nesse período, a comunidade preservava seu caráter popular e pesqueiro, marcada pelas casas simples de taipa, os ranchos de pesca e uma população cuja vida econômica e cultural girava em torno do mar. Relatos de moradores antigos lembram que, em meados do século XX, a Redinha Velha não possuía mais que alguns ranchos de palha e poucas casas enfileiradas na areia.

Na Redinha Velha, particularmente, percebe-se que sua história de formação pode ser construída a partir das notícias jornalísticas de suas obras, que demonstram uma série de investimentos públicos trazidos por se tratar de uma região de praias relacionada ao lazer dos natalenses e à pesca artesanal. Dados iniciais datam do início do século até 1954 quando o bairro da Redinha se consolidou como uma colônia de pescadores e praia de veraneio.



Como construção marcante desse período tem o **Redinha Clube** (1922), onde ocorria a "Festa do Caju". Posteriormente a praia ficou conhecida pelo seu carnaval tradicional. Depois foi construída a primeira Capela em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes (1924), sendo construída a Igreja de Pedra (1954) em seguida.



No âmbito cultural, a vida na Redinha também gerou manifestações próprias. Por exemplo, o **tradicional Carnaval da Redinha** ganhou fama na cidade, com blocos e brincantes oriundos do bairro. O bloco Os Cão, existente há mais de cinco décadas, leva anualmente foliões ao manguezal para banharem-se de lama — uma irreverência que virou tradição e se tornou marca da identidade local. Esses aspectos demonstram que a comunidade pesqueira da Redinha desenvolveu costumes singulares ao longo de sua história, mesclando trabalho, fé (a devoção a **Nossa Senhora dos Navegantes**, padroeira dos pescadores, motivou a construção de uma capelinha em 1924), lazer e celebrações em torno de seu território.

Em 1949, foi fundado o Mercado Público da Redinha, às margens do Rio Potengi, e se destaca pela sua gastronomia típica com pratos de peixes e frutos do mar abastecidos pelos pescadores locais. Desde então, o mercado concentra trabalhadores em torno da atividade de pesca e serviços de turismo e gastronomia na praia dinamizando a microeconomia local.



Mercado Público da Redinha em 2021



Quiosques da Redinha em 2021

MERCADO PÚBLICO, GINGA COM TAPIOCA E COMÉRCIO LOCAL

O Mercado Público da Redinha é há décadas o coração econômico e cultural do bairro. Inaugurado no início dos anos 1930 (há fontes apontando sua construção em 1921), o mercado tornou-se o ponto central de venda de peixes e frutos do mar trazidos pelos pescadores artesanais. Além de peixaria, o local gradualmente consolidou uma vocação gastronômica: foi lá que surgiu a célebre “ginga com tapioca”, iguaria símbolo da Redinha e de Natal.

O prato — criado por famílias locais de pescadores — consiste em pequenas manjubas (peixinhos) fritas no óleo de dendê bem quente, servidas dentro de uma tapioca macia, feita de goma de mandioca. Originalmente, a ginga nasceu como uma forma de aproveitar os peixes miúdos capturados no arrastão, que geralmente seriam descartados, transformando-os em um petisco saboroso e acessível.

Paralelamente ao Mercado, a economia local da Redinha sempre contou com **quiosques, barracas de praia e vendas informais ligadas à pesca e à culinária típica**. Ao redor do mercado e ao longo da orla, famílias de pescadores montaram pequenos quiosques onde a ginga com tapioca e outras comidas regionais (peixes fritos, tapiocas, bebidas) são servidas a moradores e visitantes. Esses quiosques tornaram-se famosos entre turistas — visitar a Redinha e provar a ginga fresca acompanhada da vista para o rio e a ponte é programa obrigatório para quem busca uma experiência autêntica da cultura natalense. Muitos dos permissionários (comerciantes) do mercado e quiosques são pessoas nascidas e criadas na Redinha, que herdaram de seus pais e avós o ofício da pesca e da culinária.

Por exemplo, Dona Ivanize Barbosa, filha do casal que criou o prato ginga com tapioca, até hoje atua como comerciante no mercado e orgulha-se de dar continuidade ao legado familiar. Segundo ela, o reconhecimento oficial ajudou a valorizar o turismo na praia: **“todos que chegam na cidade já procuram saber onde é a Redinha, que prato é esse” — e ao encontrá-lo se deparam não só com a iguaria, mas com “o visual belíssimo aqui da Redinha”**.



Ao longo do tempo, o poder público buscou melhorar a **infraestrutura** desses espaços de comércio tradicional, embora nem sempre de forma contínua. Já nos anos 1990, quando a **Redinha foi oficialmente elevada a bairro**, identificava-se a necessidade de investimentos básicos na região. Por volta de meados dos anos 2000, iniciativas de requalificação incluíram a construção de **novos quiosques padronizados na orla** (22 unidades) e a **reforma do antigo mercado municipal**. Essas melhorias impulsionaram o movimento de banhistas nos finais de semana. Ainda assim, moradores relatavam que, fora dos feriados e do Carnaval, **o potencial turístico da Redinha continuava subaproveitado**: faltavam equipamentos como pousadas, agências bancárias, segurança e programas culturais que fixassem o visitante por mais tempo no bairro. **Apesar dessas limitações estruturais, o Mercado da Redinha e seus quiosques mantiveram-se como centro da vida comunitária, garantindo sustento a dezenas de famílias de pescadores e difundindo um patrimônio gastronômico único na cidade.**

Nesse contexto, a *Cingá com Tapioca* se tornou o prato mais conhecido por toda a capital potiguar e estruturante para a cadeia socioeconômica da comunidade.

Assim a praia da Redinha Velha desenvolve sua ocupação ao longo do tempo no entorno da praia, formando-se como um lugar atrativo pelas suas qualidades naturais e atrativos turísticos relacionados à orla e à pesca artesanal. Logo, o trabalho e renda, assim como os aspectos culturais, festivos e gastronômicos são derivados dessa ocupação no entorno da praia e da atividade pesqueira.

Contudo, todos esses investimentos públicos atraíram interesses dos agentes do ramo do turismo e valorizou a área, influenciando em disputas de interesses também do capital imobiliário, turístico e empresarial. Estes interesses influenciaram a gestão municipal de Natal para investir na Orla da Redinha, porém **sem consulta à comunidade**.



6 CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO

Queremos viver com dignidade.

Alguns conflitos surgiram em nosso território por impactos de obras, empreendimentos e intervenções sem o devido diálogo com a comunidade, por exemplo:

CONSTRUÇÃO DO NOVO MERCADO PÚBLICO DA REDINHA

As obras do Complexo da Orla da Redinha foram iniciadas em abril de 2022 com a demolição do antigo mercado e o início da construção dos novos acessos para a praia. Esta faz parte do projeto de reestruturação da praia localizada no litoral Norte. Os serviços estão divididos em cinco lotes, com orçamento inicial de R\$25 milhões, em uma parceria entre a administração municipal e o Governo Federal.

A revitalização da orla da Redinha Velha contava inicialmente com a construção do Complexo Turístico da Redinha, onde estavam previstos novos acessos, 33 boxes de serviços, 7 restaurantes, um deck de passeio, recuperação do quebramar e nova iluminação, excetuando-se os 22 quiosques e quaisquer infraestrutura de apoio a pesca artesanal.

O prefeito declarou (via decreto) que não tinha interesse nos quiosques da Redinha no início de 2022. Essa decisão foi pautada na existência do processo judicial que questionava a qualidade ambiental da praia com a presença dos quiosques sem instalações sanitárias adequadas a esse tipo de atividade em ambiente de fragilidade ambiental como a praia.

No entanto, o processo tinha como réus não apenas as 22 quiosqueiras, como também a Superintendência do Patrimônio da União/RN (SPU) e a prefeitura. Estes foram demandados a apresentarem solução socioambiental sustentável para o problema. O projeto de revitalização da Orla tinha potencial para promover a adequação ambiental, qualificar o acesso das embarcações ao mar, dar estrutura de guarda de materiais de pesca com Ranchos, mas decidiu não incluir quaisquer itens de apoio a pesca artesanal e a retirada de todos os quiosques alegando problema ambiental e sanitário sem dar soluções para permanência destes.

Prova disso, foi que, para o Mercado Público, foi prevista a construção de uma **Estação de Tratamento de Esgoto** (ETE) sem a inclusão dos quiosques e a ligação de esgotamento deles nessa solução. Além disso, nesse processo judicial nunca foram apresentados os estudos de impacto socioambiental da obra do Mercado e requalificação da Orla.

Logo, a proposta de Revitalização da Urbanização na Orla da Redinha **não foi construída** ouvindo os agentes sociais que vivem na praia, além de não partir de quaisquer estudos socioambientais e econômicos que os identificassem e reconhecessem as relações que o povo possui com este projeto.

Diante disso, em outubro de 2022, durante as oficinas do projeto Orla, onde a Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDHMD/UFRN), o Coletivo Ginga com Tapioca e as quiosqueiras participaram massivamente, a fim de defender a permanência dos quiosques e a sobrevivência dessa categoria na comunidade. Na oportunidade conseguimos aprovar na plenária uma moção reconhecendo a relevância socioeconômica dos quiosques da Redinha para a microeconomia local e a cadeia socioeconômica da Orla. Tal fato revela a relevância que a metodologia do Projeto Orla orientada pelo **decreto federal nº 5.300/2004** que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem para o tratamento desses ambientes com características tão particulares e o avanço de nossa legislação Federal a esse respeito.

DEMOLIÇÃO DOS QUIOSQUES

Apesar disso, o Mercado foi demolido e em fevereiro de 2023 junto com os 22 quiosques, sob a alegação de que era necessário os quiosques também serem demolidos para o trânsito de maquinários pesados na praia, os quais nunca foram vistos. A derrubada dos quiosques aconteceu após negociação no processo, onde 10 das quiosqueiras aceitaram 50 mil reais para deixar de comercializar na praia. As outras 10 aceitaram 25 mil se pudessem retornar a comercializar e a prefeitura se comprometeu em continuar negociando outras soluções para isso.

Contudo, sem planejamento de impactos socioeconômicos esta intervenção desencadeou uma quebra na cadeia socioeconômica da praia que aprofundou os conflitos já existentes e abriu novas fissuras na comunidade. Com a demolição dos quiosques, mais de 660 kg de peixe deixaram de ser demandados por semana aos pescadores. Os garçons e cozinheiras também impactados pela remoção não receberam quaisquer indenizações.

Nesse contexto, os demais afetados sem indenizações começaram a montar guarda-sóis na praia visto que não havia fiscalização, logo após a remoção dos quiosques. Com isso, toda a cadeia socioeconômica em torno da pesca artesanal foi desmantelada. Na primeira semana após as demolições, o quilo do pescado foi vendido a 1 real até que o pescado fosse escoado para outras regiões.

Além disso, ficou proibida a atividade de prestação de serviços para comercialização dos pratos culinários tradicionais e quaisquer outras atividades na beira da praia. A prefeitura ofereceu um auxílio de 1200 reais aos 33 permissionários dos boxes do mercado e deixou os demais trabalhadores informais sem renda. A situação insustentável levou a mobilização constante e conflito da fiscalização com os manifestantes até a prisão de um dos permissionários dia 29 de janeiro de 2024.

A pressão da prefeitura em não permitir a continuidade da atividade na praia e a necessidade de manutenção da renda pelos trabalhadores informais e os pescadores resultou em uma série de manifestações que culminou na criação da Associação dos trabalhadores da Ginga com Tapioca.

Foi a mobilização também que buscou recursos de emenda parlamentar federal, em 18 de março de 2024, a fim de garantir R\$ 1 milhão e 250 mil para a reconstrução de quiosques, o que ainda inexistia no projeto, haja vista que a prefeitura declarou que não havia mais interesse nos mesmos.

Em maio de 2024, mais uma vez, a prefeitura desconsidera a Consulta Prévia, Livre e Informada, ao mandar para Câmara Municipal o Projeto de Lei 302/2024, o qual prevê a possibilidade de verticalização de todo o bairro irrestritamente até 30m (10 pavimentos). Não foram consultados nem o projeto Orla nem a comunidade pesqueira, para que estes pudessem participar e entender as mudanças que o projeto de lei acarretaria para o território que vivem há várias gerações.

Na sequência, em Julho de 2024, a prefeitura envia mais um projeto de Lei à Câmara Municipal que tinha o objetivo de conceder o Complexo da Redinha à iniciativa privada. Esta concessão está prevista para durar um **período de 25 anos**.

Apenas 30% das vagas de emprego para o povo da Redinha. Concede mais de 16 mil m² (calçadão, quiosques, mercado, Redinha Club) para a empresa privada. Isto sob uma concessão de 25 anos. Além de cobrar 600 reais dos permissionários e 1300 às quiosqueiras de aluguel para continuidade das atividades.

Ao final de 2024 a prefeitura inaugura durante a campanha eleitoral o mercado para a imprensa e alguns amigos. Depois fez uma inauguração em dezembro para dizer que entregaram a obra, mas estava inacabada. Também lançou o festival de botecos no Mercado e ofereceu 16 boxes a outros comerciantes da cidade e apenas 4 para os 33 permissionários da comunidade. Desses, apenas 16 aceitaram.

Nesse contexto, a licitação da concessão a empresa privada dá deserta em 26 de dezembro de 2024. A empresa vencedora também terá a obrigação de manter, no mínimo, o percentual de 10% das unidades locáveis dos boxes e quiosques por comerciantes domiciliados na praia da Redinha; aplicar 10% das receitas líquidas acessórias à concessão no melhoramento do bairro através de obras e serviços previamente aprovados pela Prefeitura do Natal; e manter o percentual de 30% de todos os funcionários contratados pela concessionária, ainda que por meio de terceirização, de moradores do bairro da Redinha.

No dia 27 de janeiro de 2025 os permissionários do mercado pressionaram por uma reunião com a prefeitura. O prazo da sessão para o Festival de Botecos acabou no fim de janeiro em plena alta estação e estavam obrigados a fechar o mercado até nova decisão de formas de utilização.

Os permissionários da época solicitaram continuar trabalhando enquanto não havia licitação demonstrando interesse em retornar normalmente sem ser no formato do festival, o qual estava muito explorador e injusto para todos. A empresa cobrava dos permissionários 20% dos lucros apurados com a comida e 80% da bebida. Nesse modelo apenas 16 permissionários dos 33 aceitaram a participação no festival.

Nas negociações, a comunidade questionou se haveria algum impedimento jurídico para o retorno dos trabalhadores até que fosse escolhida uma empresa, mas a prefeitura nunca respondeu.

Por estas razões, a Comunidade Tradicional de Pesca da Redinha Velha reivindica a aplicação da Convenção 169 da OIT e a realização de Consulta Livre e Informada para quaisquer ações de agentes públicos e privados que afetem e impactem seus modos de vida na comunidade!

7 SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados, de forma **prévia, livre, informada e de boa-fé**, antes de qualquer decisão, obra, lei, projeto ou política pública que possa afetar nosso território, nossas atividades de trabalho, cultura, tradições e modos de vida. Sendo eles:

1 **Projetos de requalificação urbana, revitalização ou concessão** de uso do território da Redinha, incluindo o Complexo Turístico da Redinha, o Mercado Público, os quiosques da praia e o espaço de guarda das embarcações de pesca artesanal.

2 **Leis municipais e políticas de concessão ou privatização de áreas públicas**, especialmente aquelas que envolvam o uso e a gestão de bens pertencentes à União (como a orla, o mercado e o rio Potengi).

3 **Normas pesqueiras** aplicadas ao território tradicional de pesca, que possam impactar nosso trabalho e sustento.

4 Definição de áreas ou épocas de **restrição** da pesca artesanal.

5 **Listas de espécies** ameaçadas ou proibidas;

6 **Limites de uso** dos espaços de ancoragem, atracação ou manutenção das embarcações;

7 **Regulamentação** da venda e do escoamento do pescado local.

8 **Propostas de criação, ampliação ou alteração de unidades de conservação ambiental** que incidam sobre nosso território tradicional, inclusive sobre o estuário do Rio Potengi e áreas de mangue e maré utilizadas por pescadores e marisqueiras.

9 Projetos turísticos, culturais, gastronômicos ou de eventos realizados em nossa comunidade (como festivais e parcerias público-privadas), **que utilizem nossos espaços tradicionais ou representem nossa cultura**, como o Festival Boteco de Natal, para que sejamos parte desde o planejamento até a execução e recebamos os benefícios.

10 **Mudanças no planejamento urbano e territorial do Município de Natal**, incluindo o uso e ocupação do solo, mobilidade, drenagem e saneamento, que possam alterar o acesso ao mar, ao rio e aos espaços de trabalho da comunidade.

11 Projetos ou medidas que possam restringir o uso de recursos naturais de que dependemos, como o mar, o rio, o mangue e a lagoa — por exemplo, dragagens, fechamento de acessos, canalização ou obras de engenharia.

12 **Projetos e empreendimentos econômicos** que possam causar impacto na vida da comunidade, como: construções imobiliárias e hotéis na orla; instalação de parques eólicos, empreendimentos portuários ou de petróleo e gás; projetos de aquicultura, agropecuária ou silvicultura na área do entorno.

13 Pesquisas e levantamentos acadêmicos, ambientais ou sociais que envolvam nossas práticas, saberes e território, garantindo que sejamos informados e que os resultados retornem à comunidade.

14 Políticas ou programas sociais, de habitação e de reassentamento, que possam interferir na permanência das famílias da comunidade no território tradicional.

15 Qualquer situação que represente ameaça à nossa segurança, saúde, renda, cultura e modos de vida, incluindo o risco de remoção, desocupação, repressão, discriminação ou violência contra membros da comunidade.

16 Uso da imagem, da cultura e do nome da comunidade da Redinha em campanhas publicitárias, turísticas e gastronômicas, garantindo que sejamos reconhecidos e beneficiados.

17 Projetos de educação, comunicação e turismo comunitário que se relacionem à história e à cultura da Redinha, assegurando que sejam construídos com participação direta da comunidade.

18 Viabilização de projeto habitacional no entorno da praia para garantir a permanência dos pescadores em seu território.



8 COMO DEVE SER O PROCESSO DE CONSULTA?

Respeitando nosso povo, história, saberes e territórios. A solicitação da consulta e todo o processo deve ser em linguagem simples, didática e popular, respeitando os saberes diversos e buscando, prioritariamente, a mediação e consenso.

A consulta deve ser livre, ou seja, sem utilização de ameaças, assédios e aparatos do Poder Público ou de instituições privadas sobre nossas decisões.

Deve ser prévia, ou seja, antes que se inicie qualquer alteração no território.

É informada, pois deve conter todas as informações necessárias para a comunidade entender do que se trata, seus riscos, possíveis impactos, melhorias e intenções.

Por fim, deve ser de boa-fé, ou seja, deve-se deixar claro qual a intenção da proposta, com respeito às lideranças, acordos realizados pela comunidade e instituições parceiras.

Também queremos que seja respeitado o nosso direito de rever decisões anteriormente tomadas. Caso a comunidade, após reflexão e diálogo, entenda que determinado projeto, obra, lei ou medida representa ameaça ao nosso modo de vida, à nossa segurança ou à integridade do nosso território, exigimos o direito de interromper o seu avanço a qualquer tempo.

Nesse sentido, solicitamos que toda ação relacionada a esse projeto seja imediatamente suspensa, e que novas consultas sejam realizadas com a mediação do Ministério Público Federal, assegurando que haja revisão integral do projeto original e garantia de que não se repitam violações ou descumprimentos anteriores. Reafirmamos que o consentimento da comunidade tradicional da Redinha deve ser contínuo, informado e renovável, não se limitando a um ato formal inicial, mas a um processo permanente de diálogo e escuta com todas as famílias, coletivos e organizações que compõem a comunidade.

Todo esse processo deve ser mediado e realizado por nossas instituições parceiras e nossas organizações presentes pelo território. Ninguém sozinho representa toda a comunidade. Por isso, todo e qualquer contato deve ser **direcionado à alguma dessas organizações:**

COLÔNIA DE PESCADORES Z4



A Colônia de Pescadores Z4 foi fundada em 16 de outubro de 1922 por Café Filho e abrange da Praia de Santa Rita em Extremoz ao extremo Sul do litoral Natalense terminando em Ponta Negra. Foi criada para trabalhar em prol da pesca artesanal reivindicando seus direitos. Atualmente possui 460 sócios, entre eles 90% homens e 10% de mulheres.



ASSOCIAÇÃO GINGA COM TAPIÓCA

A Associação dos trabalhadores e trabalhadoras da Ginga com Tapioca da praia da Redinha surge em 18 de dezembro de 2024 como mecanismo institucional e de organização popular para reivindicar os direitos e deveres do conjunto da classe trabalhadora, isso com observância ao eixo jurídico, político, administrativo e social.

O enfrentamento a tentativa de privatização dos equipamentos públicos que historicamente foram geridos pelos permissionários, proprietários de áreas particulares e pescadores, assim como a luta em defesa da identidade, do patrimônio público, do meio ambiente, da dignidade da pessoa humana e a função social do trabalho foram elementos que baseiam o Estatuto social e as diretrizes internas desta entidade.

Reunindo atualmente pouco mais de 80 (oitenta) associados, dentre pescadores e pescadoras, marisqueiras, Quiosqueiros, barraqueiros, artesãos, permissionários do Mercado, garçons, músicos, ambulantes, comerciantes e moradores do bairro da Redinha constroem a associação Ginga com Tapioca.

As atividades se concentram no apoio social por meio de ações de assistência, orientação e assessoria jurídica, como também a promoção de eventos sociais, articulação político administrativa, controle social e formação profissional, sociocultural e política. Contando com o apoio de vários parceiros, como: A Universidade Federal do Rio Grande do Norte; O Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio; A Brigada Comunitária Redinha Vive; O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; O instituto Mãos Solidárias; O coletivo Farol; O Instituto Federal do Rio Grande do Norte; A Escola Estadual Professora Dulce Wanderley; O Coletivo de trabalhadores da praia de Redinha Nova; O Conselho Comunitário da Redinha; O Fórum Itinerante da Zona Norte de Natal; Parlamentares e lideranças comunitárias, sociais, culturais, desportivas e ambientais.



9 QUAIS AS ETAPAS DA CONSULTA?

1 | Solicitação de reunião:

O órgão público, empresa ou instituição interessada em apresentar projeto, obra, medida ou proposta que envolva o território de Pesca Tradicional da Redinha deverá e-mail e mensagem via WhatsApp dirigido a todas as lideranças reconhecidas da comunidade, preferencialmente à representação coletiva que reúne pescadores(as), quiosqueiros(as), permissionários(as) do mercado da Redinha Velha.

A partir do recebimento do e-mail e mensagem, será a própria comunidade, por meio de suas organizações, quem proporá duas possíveis datas e horários para a realização da primeira reunião, garantindo que todas as famílias e grupos tradicionais possam se organizar para participar.

O órgão ou empresa deverá enviar **e-mail**, de forma impressa e digital, todas as informações técnicas, mapas, estudos e documentos do projeto, em linguagem simples e acessível, de modo que sejam compreensíveis por todos os membros da comunidade.

2 | Reflexão e reuniões explicativas:

Após o recebimento e a explicação da proposta, a comunidade da Redinha realizará reuniões internas e assembleias próprias, conduzidas pelas suas representações (Colônia de Pesca, Coletivo Ginga com Tapioca, entre outros) que poderá conter ou não, a critério da comunidade, a parte interessada, para dialogar e refletir coletivamente sobre os impactos. Poderão ser convidados também órgãos públicos parceiros, como o Ministério Público Federal (MPF), o Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDH/UFRN) e a Defensoria Pública da União (DPU), entre outros, para acompanhar e apoiar o processo, se assim a comunidade desejar.

3 | Mobilização:

As associações e instituições parceiras passarão a realizar contatos e encontros de mobilização para consulta, isso é, articulação para as famílias e trabalhadores e trabalhadoras participarem do espaço da consulta propriamente dita.

4 | Assembleia de consulta:

A consulta propriamente dita ocorrerá em data, hora e local definidos pela comunidade da Redinha, com presença das representações comunitárias e dos órgãos públicos responsáveis. Nesse momento, o Estado deverá garantir o direito à consulta, prestando todos os esclarecimentos necessários e sanando dúvidas levantadas pelas famílias e lideranças.

A reunião deverá ser registrada em ata, com lista de presença, gravação e registro fotográfico, assegurando transparência e documentação do processo. Se houver aceite total ou parcial da proposta, deverá ser construído conjuntamente um plano de acompanhamento e implementação, elaborado pelo agente público ou privado que esteja realizando a consulta, o qual assegura consultas permanentes em todas as fases do projeto; respeite e incorpore os saberes, práticas e interesses da comunidade; garanta a proteção do Rio Potengi, da orla e dos espaços de pesca artesanal, que constituem o território tradicional da Redinha.

Se houver recusa ou discordância da proposta, a decisão será comunicada no próprio momento da consulta, registrada em ata e/ou ofício, e assinada pelos participantes. A consulta se encerra neste ponto, devendo o poder público respeitar integralmente a decisão, conforme determina a Convenção nº 169 da OIT. A comunidade pode, ainda, solicitar mais informações quando ficar decidido que não há elementos suficientes para a tomada de decisão.

Caso, em qualquer momento, a comunidade reavalie e decida interromper o avanço de um projeto anteriormente aceito, por entender que ele representa ameaça ao território ou ao modo de vida, o poder público deverá suspender imediatamente as ações e promover nova consulta mediada pelo Ministério Público Federal, revisando o projeto original e garantindo que não haja novos descumprimentos.

As consultas não poderão ocorrer durante: o verão e os períodos de alta atividade econômica e turística, que são fundamentais para o sustento das famílias; dias de festividades religiosas e tradicionais da Redinha, como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes; feriados, finais de semana e dias de maré alta, que são de intenso trabalho para os pescadores.

Todos os custos relacionados à realização das consultas, como transporte, alimentação, impressão de materiais, som, espaço e registro deverão ser arcados pelo poder público ou órgão proponente do projeto, conforme o princípio da boa-fé e do dever de garantir o exercício pleno do direito à consulta.

10 TODAS AS PROPOSTAS PASSAM POR TODAS AS ETAPAS?



Sim, com exceções de projetos de pesquisa e extensão acadêmica. Nesse caso, representantes do projeto devem solicitar uma reunião de apresentação da proposta de pesquisa e/ou extensão, apresentando cópia do projeto com objetivos, justificativa e resultados esperados, além do prazo de duração do projeto. Após a apresentação, será assinado um termo de compromisso, onde o responsável deverá sinalizar um cronograma de execução de atividades, incluindo a apresentação dos resultados em reuniões com a comunidade, dando a devida devolutiva. Além disso, deve ser enviado link ou cópia de publicações resultadas de tais projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Protocolo é a nossa forma de dizer, de maneira clara e coletiva, que **a Redinha tem dono: o povo que vive dela**. Aqui tem história, trabalho, tradição e um modo de vida que não pode ser apagado por decisões tomadas de cima pra baixo. A gente não é contra melhorias, obras ou projetos, mas exige **respeito, diálogo e participação** de verdade, antes de qualquer decisão que mexa com nosso território, nosso sustento e nossa cultura.

Queremos continuar vivendo da pesca, da ginga com tapioca, do mercado, dos quiosques e da praia, como sempre fizemos. Consultar a comunidade não é favor, é direito. E esse protocolo existe para garantir que nossa voz seja ouvida, que nossas decisões sejam respeitadas e que a Redinha siga sendo um **território vivo, popular e digno** para quem sempre cuidou dele.

BASES LEGAIS QUE SUSTENTAM O PROTOCOLO:

- Convenção nº 169 da OIT - Art. 6º.
- Decreto nº 6.040/2007 - PNPCT.
- Lei nº 9.985 - SNUC.
- Convenção sobre Diversidade Biológica (Art. 8 -J).
- Declaração do Rio/1992 - Princípio 22.

APOIO

Colônia de Pescadores Z4
Associação de Trabalhadores da Ginga com Tapioca